FAZ SENTIDO CONCEBER O TRAF COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO SEMI-ÁRIDO BAIANO?

Célio Andrade

Pós-Doutor pela Université Laval (Québec-Canadá) e Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor adjunto. Núcleo de Pós-Graduacão em Administração (NPGA) da UFBA. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n. Vale do Canela. Salvador – Bahia. celiosa@ufba.br / celio.andrade@superig.com.br

Carlos Milani

Coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) do NPGA/UFBA. Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos (IHAC/UFBA). Av. Reitor Miguel Calmon, s/n. Vale do Canela. Salvador – Bahia cmilani@ufba.br / cmilani@atarde.com.br

Uliana Esteves

Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e em Antropologia pela UFBA. Pesquisadora do LABMUNDO do NPGA/UFBA. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n. Vale do Canela. Salvador – Bahia. uliesteves@hotmail.com

Resumo:

Este artigo é resultante de pesquisa sobre significados e riscos do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) enquanto estratégia de desenvolvimento territorial na região sisaleira da Bahia. Partindo da descrição do contexto local e explicitando o conteúdo das estratégias governamentais do TRAF nos territórios brasileiros, o artigo analisa questões relativas às tensões entre o fomento do turismo e a promoção do desenvolvimento territorial. Conclue-se argumentando em favor da definição de estratégias de TRAF, próximas da concepção de um turismo pedagógico, cuja motivação seria o aprendizado, a educação e o conhecimento dos visitantes sobre a realidade do pequeno produtor rural brasileiro.

Palavras-chave: Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), desenvolvimento territorial, região sisaleira da Bahia.

Abstract:

This article is a product of a research project concerning the meanings and the risks of the Rural Tourism in Family Agriculture Program as a governmental strategy of territorial development in a semidesertic area in the state of Bahia, Brazil. From the description of the local context and explaining the content of the Program strategies, this article examines the tensions between the promotion of rural tourism and territorial development. It argues that the Program can contemplate the rural tourism as a pedagogical strategy. Indeed, its potential to serve education ends, about the reality of the Brazilian family farmers, is underexploited.
Key-words: Rural Tourism in Family Agriculture Program, territorial development, Bahia-Brazil.

1 – Introdução

O interesse dos cientistas sociais pelo turismo é tão antigo quanto o próprio início de seu desenvolvimento como atividade humana já no século XIX: o turismo enquanto prática social relacionada à viagem, ao lazer e ao ócio é tratado por autores clássicos, tais como Georg Simmel (em "Segredos e sociedades secretas") ou Thorstein Veblen (em "Teoria da classe do lazer"). De início e em termos gerais, os cientistas sociais interessam-se pelo turismo porque, por seu intermédio, explicam as relações sociais que se estabelecem entre os que moram em um dado local e os que visitam os lugares, as regiões, os países (Coriolano e Silva, 2005). Nos anos 1990, o interesse pela temática do turismo renasce e o número de publicações aumenta consideravelmente. Como lembra Krippendorf (2003), a partir dos anos 70, a idéia de um novo turismo começa a surgir, mas é nos anos 90 que essa idéia passa a ser defendida como verdadeira bandeira da nova economia em curso de globalização. Além disso, é no final dos anos 90 que dois documentos vêm selar o movimento de consolidação da temática na agenda das políticas públicas, sobretudo nos países em desenvolvimento: 'Turismo e desenvolvimento sustentável' (publicado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1999) e 'Código de ética global para o turismo' (publicado pela Organização Mundial de Turismo, em 1999). No Brasil, o tema passa a integrar de forma clara a agenda política, com a preparação do Plano Nacional de Turismo, do Programa Nacional de Municipalização do Turismo e das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (SERRANO et alii, 2000)[1].

[1] No entanto, como bem lembra Serrano et alii (2000), permanece o seguinte paradoxo: a importância de natureza econômica, social e cultural do turismo confronta-se com a ainda incipiente produção acadêmica sobre o tema o Brasil.

Uma análise acurada do turismo como fenômeno social remete ao estudo do par dialético "trabalho-lazer", ambos pólos integrantes dos processos econômicos, sociais e culturais do desenvolvimento. O turismo, fenômeno dos tempos modernos, surgiu quando o indivíduo descobriu o prazer de viajar, quando a viagem deixou de ser necessidade e fardo passando a ser uma forma de buscar a sonhada felicidade ou a simples distração sem compromisso. O conceito de turismo, embora tenha aflorado no século XVII, na Inglaterra, instaurou-se somente no século XIX como elemento característico da modernidade, sendo que a academia passou a interessar-se pela sua análise e compreensão somente após a Segunda Guerra Mundial. Nos anos 50, o turismo tornou-se um fenômeno de massa, padronizado, e assim assimilou todos os valores da industrialização e passou a gerar lucros e divisas, algumas vezes, às custas de degradações, descaracterizações espaciais e discriminações sociais ou culturais.

É necessário que se afirme, de antemão, que a rotulagem "indústria do turismo" indica, aos nossos olhos, um equívoco conceitual, vez que reduz o turismo a uma dimensão econômica. A partir dessa redução, do ponto de vista do negócio, o turista passa a ser visto como hóspede, consumidor ou cliente, e o turismo tão-somente uma fonte de renda e divisas. Do ponto de vista sociocultural, o turista é também um visitante, um viajante importante em contato com o território, a cultura e o cotidiano dos residentes (Burns, 2002). Neste artigo, concebemos o turismo como uma prática social que reúne oportunidades de intercâmbio cultural, troca de experiências, realização de sonhos, busca de emoções e formas de aprendizagem. Pode ser visto como negócio econômico para aqueles que o vendem e como uma oportunidade de aprendizagem para os que o fazem (Coriolano e Silva, 2005). Há que se lembrar que, em 1994, a Organização Mundial de Turismo - OMT aprovou, na Conferência de Ottawa, uma definição de turismo que ficou estabelecida e adotada mundialmente: "o turismo é o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo, inferior a um ano, com fins de ócio, negócios e outros" (OMT, 2006, p.81). Este definição da OMT evidencia que não há um único conceito de turismo que atenda completamente ou que consiga defini-lo na sua complexidade e abrangência, por ser ele um fenômeno multifacetado e, ainda hoje, carente de uma base teórico-metodológica mas precisa. Muitas categorias pensadas no campo do turismo estão vinculadas ao pensamento racionalista econômico, funcionalista e não dão conta da totalidade do fenômeno.

Além disso, é importante reconhecer que o turismo desempenha importante papel na dinamização territorial e econômica de muitos países. No entanto, o paradigma empresarial do turismo vem sendo modificado profundamente. O modelo de turismo de massa ou padronizado, vigente há mais de quatro décadas, já não é mais adequado para lograr a competitividade de empresas e de núcleos turísticos. Uma nova era do turismo está se consolidando, exigindo qualidade, espaço para um turismo personalizado, com exigências de sustentabilidade social e ambiental, sugerindo assim, novas formas de fazer turismo. Essa modificação em busca de um turismo distinto abre espaço para o desenvolvimento regional por meio de atividades turísticas, com aproveitamento de projetos voltados para o turismo rural, o ecoturismo, o turismo no sertão, dentre outros. Pequenas localidades encontram uma forma de entrar na cadeia produtiva do turismo a partir de uma outra lógica de uso e ocupação do espaço, com fundamentos no desenvolvimento sustentável, na economia popular solidária, na auto-gestão e no cooperativismo.

É com base na idéia de dinamização dos territórios que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou, a partir de 2003, o "Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar –TRAF", cujo objetivo é promover projetos de turismo rural desenvolvidos de maneira a integrar a atividade turística à agricultura familiar enquanto atividade complementar de renda. A inserção da Bahia no Programa TRAF deu-se através do desenvolvimento da "Rota do Sisal" na região do semi-árido, envolvendo dez municípios (Valente, Santa Luz, Retirolândia, São Domingos, Queimadas, Gavião, Capim Grosso, Nova Fátima, Quixabeira e Conceição do Coité). A implementação da Rota do Sisal é resultante de uma articulação entre a APAEB-Valente (Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia), Sicoob-Coopere e do Pólo Sindical do Sisal visando a diversificar e fortalecer a cadeia produtiva do sisal, além de engendrar mais uma alternativa de geração de trabalho e renda para os agricultores da região (APAEB-VALENTE, 2006b).

Em 2004, a APAEB-Valente convidou um grupo de professores e estudantes da Escola de Administração da UFBA (EAUFBA) a fim de atuarem como pesquisadores externos ao TRAF fazendo uma análise crítica sobre o processo de formulação e implementação das estratégias locais. Essa demanda foi transformada em um novo projeto de pesquisa, apoiado pela FAPESB, intitulado « Estratégias Sócio-Ambientais e Turismo Ecológico no Espaço Rural Baiano », que teve por objetivo principal investigar as estratégias de fomento à prática

do turismo ecológico no espaço rural baiano, a partir da análise crítica do Programa TRAF, levando-se em consideração suas potencialidades e limites em termos da dinâmica do desenvolvimento local. Este projeto, com equipe de pesquisa interdisciplinar de experiência internacional, foi desenvolvido pela EAUFBA em parceria com a APAEB-Valente, a UNIFACS e o Instituto de Altos Estudos da América Latina (Paris).

Para se atingir o objetivo proposto, partiu-se da seguinte questão de partida: faz sentido conceber o TRAF como estratégia de desenvolvimento territorial no semi-árido baiano? A resposta a esse problema de pesquisa foi obtida através da aplicação dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão da literatura sobre turismo rural e desenvolvimento local de territórios; análise de conteúdo de documentos institucionais elaborados por diversos atores envolvidos com a questão; aplicação de questionários com informantes-chave da região; observação da realidade pesquisada através de pesquisas de campo; e realização de grupo focal com atores envolvidos com o TRAF. Assim, para além desta introdução, o presente artigo está estruturado em mais três seções: uma caracterização da região sisaleira do semi-árido baiano (seção 2); uma análise sobre as origens e discursos do programa governamental de fomento do TRAF (seção 3); e uma reflexão crítica sobre as tensões entre turismo rural e desenvolvimento territorial (seção 4). O artigo encerra-se com algumas reflexões acerca das estratégias por nós consideradas mais apropriadas para o desenvolvimento do TRAF na região sisaleira na Bahia.

2 – O território pesquisado: a região do semi-árido baiano em torno da Rota do Sisal

A região baiana que, no decorrer do século XX, passou a ser conhecida como Região do Sisal ou Região Sisaleira é conformada por um conjunto de pequenos e médios municípios contíguos, situados no Centro-Norte Baiano. Essa região apresenta-se, historicamente, como uma das mais pobres do Brasil, marcada por condições climáticas e edáficas adversas, dado que se encontra inserida no “Polígono das Secas” (Semi-Árido Baiano ou Sertão Baiano). Ao longo do século XX, a economia e a sociedade dessa região caracterizaram-se pelo cultivo do sisal em médias e pequenas propriedades, por uma base pecuária ancorada no latifúndio e por uma agricultura familiar de subsistência em minifúndios. O sisal, voltado em grande medida para a exportação, passou a ser a principal atividade econômica, dando nome à região. Uma parcela expressiva da população da região sisaleira vive em áreas rurais, desenvolvendo uma agricultura de base familiar apenas parcialmente diversificada e historicamente limitada à

pequena criação e ao cultivo do próprio sisal, mas também da mandioca, feijão e milho. As principais características do sistema de produção predominante na região até meados da década de 80 eram: a) baixa produtividade dos cultivos; b) exploração dos atravessadores na comercialização da produção; c) dificuldades de diversificação das atividades produtivas pela inexistência de crédito e assistência técnica oriunda do poder público; d) acelerado processo de degradação dos solos (MOREIRA, 2002).

Durante os anos 80 e início dos 90, a economia sisaleira enfrentou sérios problemas advindos de queda do preço internacional e de concorrência de fibras sintéticas. O quadro de estagnação econômica resultou em deslocamentos populacionais, especialmente de jovens do sexo masculino, que na falta de perspectivas locais, migraram para centros urbanos regionais (Feira de Santana), estaduais (Salvador) ou nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro). Um elemento comum aos municípios da região era, nestes anos 80/90, a forte deficiência de infra-estrutura, serviços sociais e as precárias condições de acesso à água, presente tanto nas comunidades rurais como em bairros urbanos.

No plano político-institucional, trata-se de uma região tradicionalmente controlada por grandes proprietários rurais e comerciantes. Até meados da década de 80, o quadro político da região era marcado por formas tradicionais de dominação política. O poder local encontrava-se fundado em relações personalizadas de mando, clientelismo e a presença de um Estado patrimonialista. Assim, a região não apresentava, até a década de 80, uma tradição de organização e mobilização popular, salvo no caso das comunidades eclesiais de base criadas desde os anos 1960. A partir dos anos 1980, sobretudo com o processo de redemocratização do país, esse quadro começa a dinamizar-se tendo como base, uma vez mais, a ação da Igreja Católica. Padres, freiras e missionários tornaram-se presenças visíveis nessa região, desempenhando vários papéis na mobilização social e organização política de comunidades rurais, formando lideranças religiosas e políticas e incentivando formas diversas de associativismo. A reduzida dimensão territorial de muitos dos municípios da região e, conseqüentemente, a pequena distância entre estes e a proximidade de comunidades rurais e urbanas contribuíram para a construção de uma identidade, articulação, coesão e difusão entre e intramunicípios de experiências e formas organizativas advindas de mobilizações políticas inicialmente circunscritas a uma dada localidade.

Nos últimos vinte anos, a região foi lócus de um conjunto de iniciativas paralelas protagonizadas por organizações da sociedade civil locais e regionais, com forte respaldo de articulações nacionais e internacionais, visando à construção de um modelo de desenvolvimento inovador, sustentável, endógeno e alternativo ao que predominou na região ao longo das décadas anteriores. Uma das organizações que tiveram papel estratégico nesse processo foi a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) através do apoio de projetos propostos pelas organizações da sociedade civil atuantes na região, tais como: Movimento de Organização Comunitária (MOC), APAEB-Valente, Centro de Apoio aos Interesses Comunitários (CEAIC), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), FETAG, Pólo Sindical da Região do Sisal/FATRES, CUT, paróquias, pastorais, congregações religiosas, movimentos sociais diversos, associações comunitárias, etc. Dentre as diversas iniciativas apoiadas diretamente ou respaldadas pela CESE merecem destaque as seguintes: a) projeto apresentado pelo MOC, em 1983, para instalação de uma batedeira comunitária na APAEB do município de Valente e o apoio concedido em 1993 à Cooperativa Valentense de Crédito Rural Ltda (COOPERE) para aquisição de infra-estrutura básica visando transformar as relações dos agricultores familiares da região; b) projeto de criação, em 1985, do Pólo Sindical da Região do Sisal, reunindo 15 STRs da região, visando a desenvolver atividades de formação e assistência técnica e política; c) projetos recentes voltados para jovens, mulheres e crianças: erradicação do trabalho infantil, cooperativas populares, fomento do artesanato, etc. (PADRÃO; PINHEIRO, 2004).

Observa-se, portanto, que a região sisaleira assiste, nos últimos 20 anos, a processos de fortalecimento de uma sociedade civil que se organiza e que consegue pôr em curso uma série de iniciativas viáveis de convivência com o semi-árido, contribuindo para a mitigação dos fenômenos do êxodo rural e da pobreza. Uma das experiências mais destacadas, nos últimos anos, devido a sua importância estratégica para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar na região sisaleira da Bahia é a APAEB-Valente, instituição proponente, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, do projeto de turismo rural na agricultura familiar em torno da Rota do Sisal (vide Quadro 1, abaixo).

2.1 A Rota do Sisal

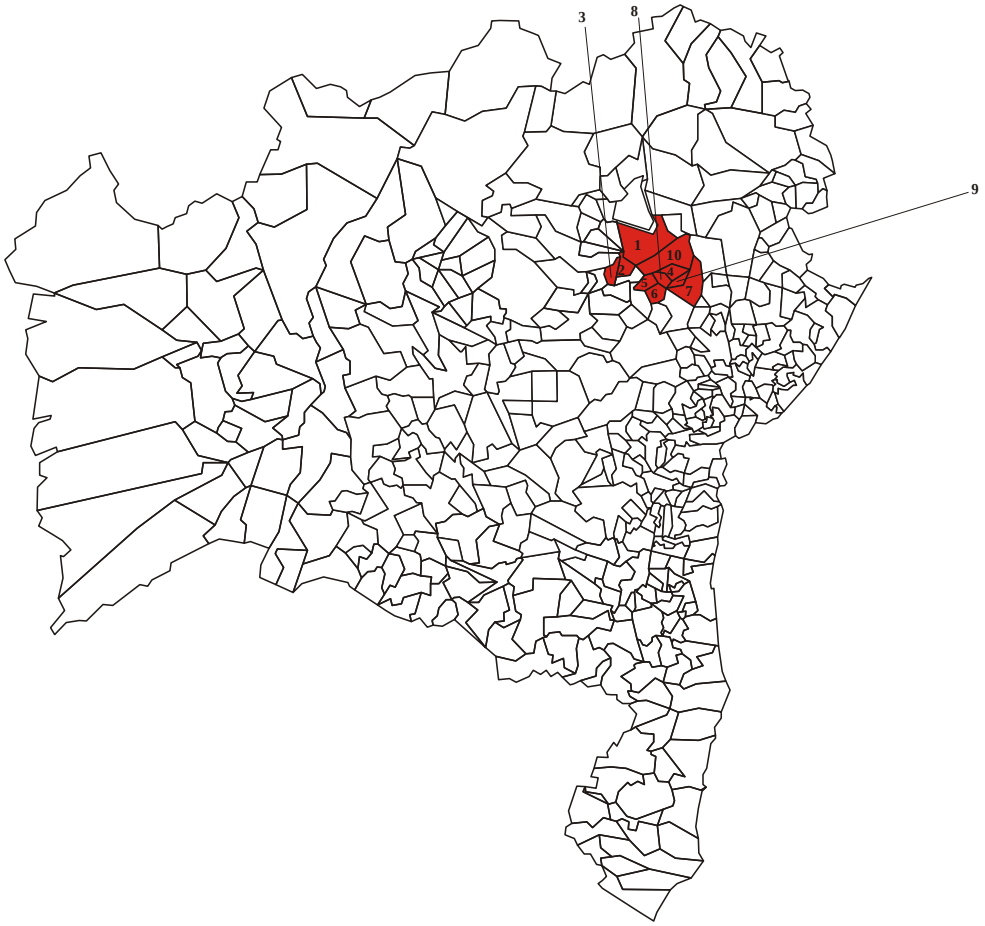
O que se convencionou chamar de Região Sisaleira da Bahia não possui contornos precisos. São significativas as discrepâncias geográficas presentes no uso dessa terminologia ao se

considerar recortes feitos por diferentes atores (organismos públicos, movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, etc). Não se fez, neste projeto, uma análise aprofundada dessas diversas tentativas de construção do sentido da região, mas pode-se afirmar que, em geral, seus limites correspondem, com todas as inclusões e exclusões, aos limites próprios do cultivo do sisal. Tal situação forçou o estabelecimento de uma delimitação geográfica adequada aos propósitos deste estudo. Optou-se por tomar como base o recorte feito pelo Projeto TRAF denominado “Rota do Sisal”. Portanto, para os fins deste artigo, a caracterização da região sisaleira da Bahia remete, em primeiro plano, a um conjunto específico de 10 municípios contíguos: Valente, Santa Luz, Retirolândia, São Domingos, Queimadas, Gavião, Capim Grosso, Nova Fátima, Quixabeira e Conceição do Coité (vide Figura 1, a seguir).

Figura 1

Municípios do TRAF Região Sisaleira

Escola de Administração - UFBA
Outubro de 2006



Legenda

1 Queimadas
2 Capim Grosso
3 Quixabeira
4 Valente
5 Gavião
6 Nova Fátima
7 Conceição do Coité
8 São Domingos
9 Retirolândia
10 Santa Luz

Localização Municipal

Rafael Issa Portinho
Mapa de Localização

Uma das características da Rota do Sisal relaciona-se ao tamanho reduzido dos municípios que a compõem. Dos 10 municípios considerados neste estudo, apenas 02 (dois) possuem área superior à média do estado da Bahia (1.354 Km2): Queimadas (2.105,9 Km2) e Santa Luz (1603,6 Km2). Municípios como Retirolândia (204 Km2), São Domingos (265 Km2), Capim Grosso (350 Km2), Valente (357 Km2), Gavião (336,8 Km2), Nova Fátima (373 Km2) e Quixabeira (369,6 Km2) podem ser caracterizados como micro municípios. Apenas Conceição do Coité (1.090,5) possui área próxima à média dos municípios baianos. Além disso, apesar da distinção entre rural e urbano no Brasil ser de natureza complexa, pode-se afirmar que a Rota do Sisal é essencialmente rural, mesmo tendo em conta os processos de urbanização ocorridos nas últimas duas décadas (1980-2000). Em 2000, cerca de 50% da população da Rota residia em áreas rurais, valor acima da média do estado da Bahia (32,9%), conforme indicam as Figuras 2 e 3, a seguir:

Figura 2

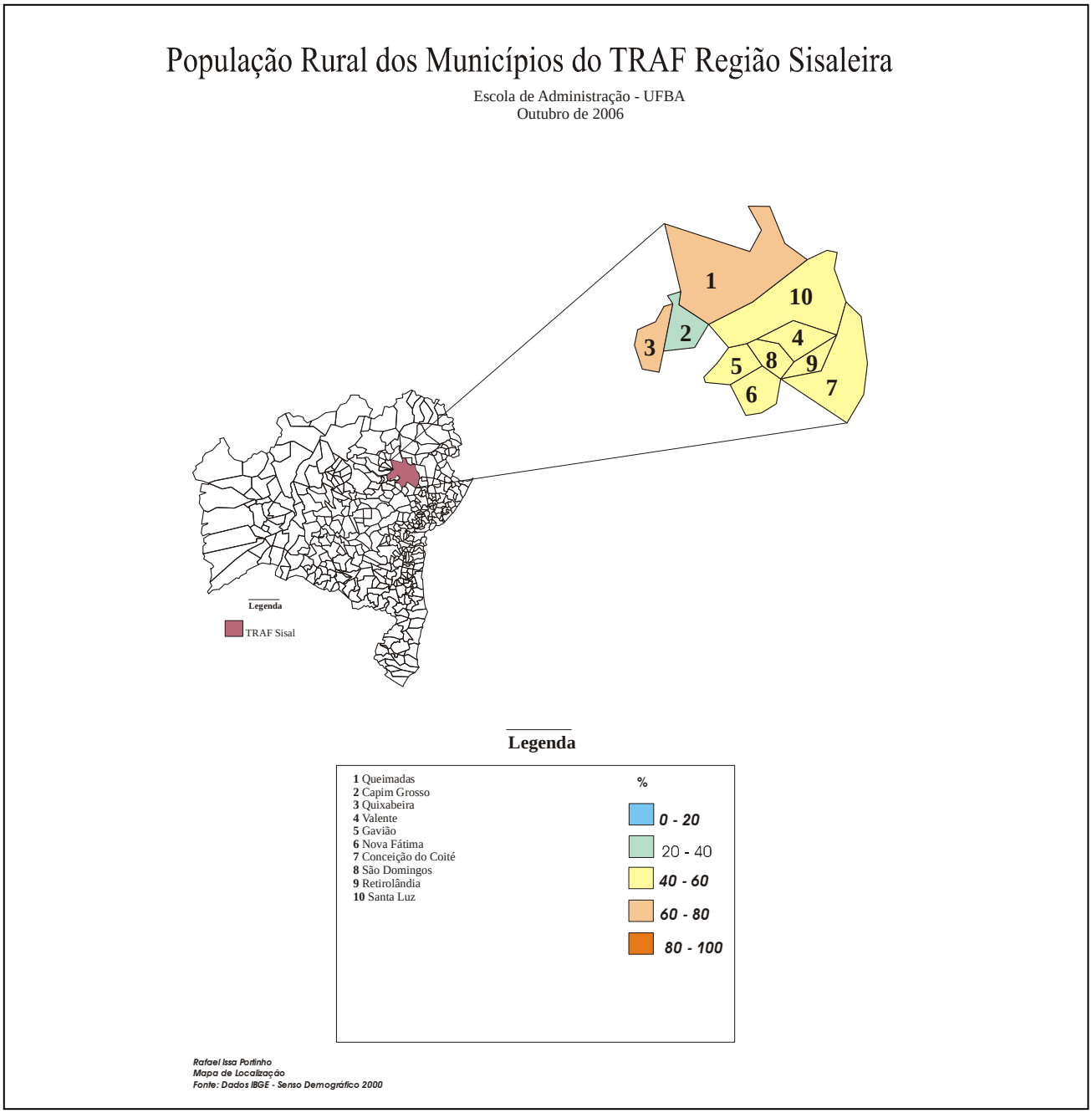
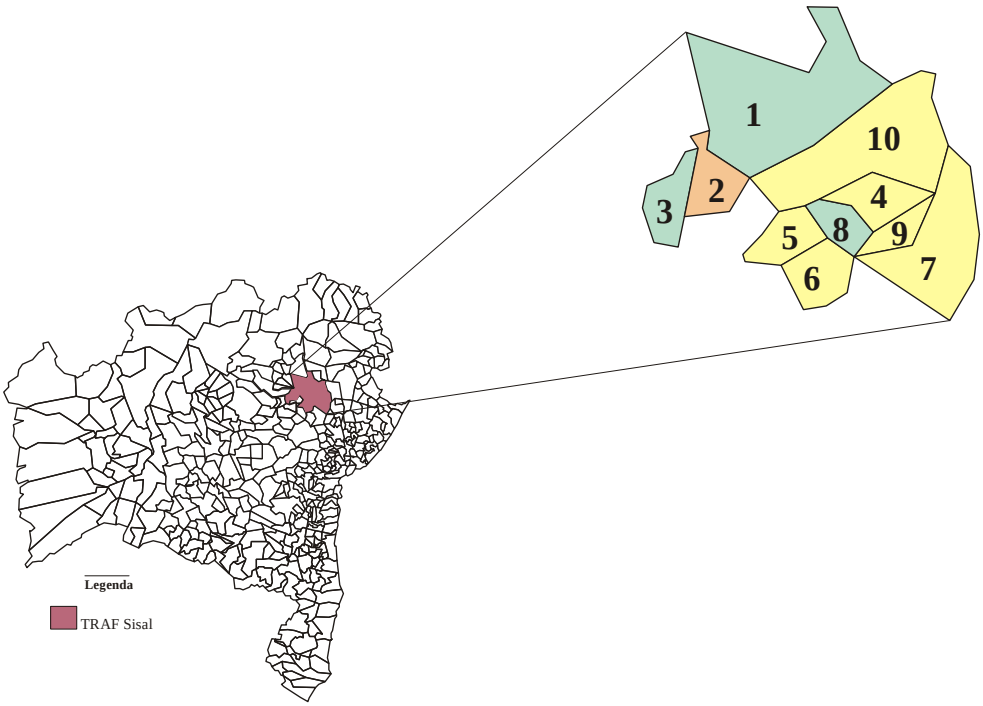

População Rural dos Municípios do TRAF Região Sisaleira
Escola de Administração - UFBA
Outubro de 2006
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
Legenda
TRAF Sisal
Legenda
1 Queimadas
2 Capim Grosso
3 Quixabeira
4 Valente
5 Gavião
6 Nova Fátima
7 Conceição do Coité
8 São Domingos
9 Retirolândia
10 Santa Luz
%
0 - 20
20 - 40
40 - 60
60 - 80
80 - 100
Rafael Issa Portinho
Mapa de Localização
Fonte: Dados IBGE - Senso Demográfico 2000

Figura 3

População Urbana dos Municípios do TRAF Região Sisaleira

Escola de Administração - UFBA
Outubro de 2006



Legenda

1 Queimadas
2 Capim Grosso
3 Quixabeira
4 Valente
5 Gavião
6 Nova Fátima
7 Conceição do Coité
8 São Domingos
9 Retirolândia
10 Santa Luz

%

- *0 - 20*
- 20 - 40
- *40 - 60*
- *60 - 80*
- *80 - 100*

Rafael Issa Portinho
Mapa de Localização
Fonte: Dados IBGE - Senso Demográfico 2000

Além disso, ao analisar os dados do Censo de 2000, constata-se que há municípios com uma população essencialmente rural, tais como Queimadas (60,25%) e Quixabeira (66,93%), ao lado de municípios com uma população marcadamente urbana: Capim Grosso (74,71%), Santa Luz (58,04%) e Nova Fátima (58,93%). Os dados da Tabela 1 permitem também afirmar que diversos municípios da Rota do Sisal tiveram, nas duas últimas décadas, um crescimento demográfico bem pouco dinâmico (Retirolândia e Queimadas, por exemplo). Pode-se afirmar que a estagnação econômica e a precariedade dos serviços públicos e infra-estruturas sociais contribuíram para tal.

Tabela 1 - População residente na Rota do Sisal (Habitante)

Município	Total				
	1970	1980	1991	1996	2000
Capim Grosso	-	-	19659	27005	23908
Conceição do Coité	35111	41436	52338	51960	56317
Gavião	-	-	7118	5104	4792
Nova Fátima	-	-	10445	7151	7536
Queimadas	22830	27259	23162	23820	24613
Quixabeira	-	-	13927	14821	9466
Retirolândia	9019	10402	11300	11588	10891
Santaluz	16312	23119	30634	30895	30955
São Domingos	-	-	10276	8423	8526
Valente	16993	21791	17830	17714	19145

Fonte: SEI (2001).

Em 2000, dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) atestam que os municípios da Rota se situam entre os mais pobres da Bahia. Com base no cálculo do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) – infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, produto econômico municipal – e no Índice de Desenvolvimento Social (IDS) - o nível de educação e saúde, da oferta de serviços básicos e da renda média dos chefes de família, a SEI estabeleceu um ranking dos municípios do estado da Bahia. Conforme apresentado na Tabela 2, quatro municípios que compõem a Rota do Sisal – Gavião (412), Nova Fátima (370), Quixabeira (371) e São Domingos (340) - ocupam os últimos lugares quanto ao IDE. Enquanto isso, três municípios da Rota ocupam posições bastante inferiores quanto ao IDS: Conceição do Coité (271), Queimadas (218) e Quixabeira (269).

Tabela 2– Ranking dos Municípios da Rota do Sisal quanto aos Índices de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Social (IDS) – 2000

Município	IDE (Ranking)	IDS (Ranking)
Capim Grosso	122	60
Conceição do Coité	43	271
Gavião	412	143
Nova Fátima	370	47
Queimadas	133	218
Quixabeira	371	269
Retirolândia	193	157
Santaluz	102	111
São Domingos	340	151
Valente	89	75

Fonte: SEI (2001).

Entretanto, os efeitos do fortalecimento das organizações da sociedade civil nos municípios que compõem a Rota do Sisal na co-gestão de políticas públicas e fortalecimento da cadeia produtiva do sisal - permitindo um maior acesso a bens e serviços essenciais, tais como, água, terra, trabalho e renda, educação e saúde, parecem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Os dados da Tabela 3 indicam que a evolução média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na década de 90, na Rota do Sisal (19,3%), é superior à média do estado da Bahia (14,1%). Nota-se que, salvo Queimadas (7,5%), todos os demais municípios da Rota apresentaram índices superiores à media do estado.

Tabela 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Rota do Sisal

Município	1991	2000	Evolução em %
Capim Grosso	0,510	0,607	19,0
Conceição do Coité	0,520	0,611	17,5
Gavião	0,522	0,640	22,6
Nova Fátima	0,555	0,635	14,4
Queimadas	0,570	0,613	7,50
Quixabeira	0,474	0,606	27,8
Retirolândia	0,518	0,625	20,7
Santaluz	0,512	0,646	24,0
São Domingos	0,531	0,624	17,5

Valente	0,540	0,657	21,7
Média Regional	0,525	0,626	19,3
Bahia	0,615	0,702	14,1

Fonte: PNUD (2000)

Em 2000, dados quantitativos reunidos no Atlas de Desenvolvimento Humano do IBGE compilados na Tabela 4 indicam que a renda per capita média dos 10 municípios da Rota do Sisal (US$ 95,78) situa-se abaixo do estado da Bahia (US$ 160,19) e do Brasil (US$ 297,23). Contudo, considerando-se a evolução da renda (1991-2000), constata-se que os índices de Valente (taxa de crescimento de 50,9%), Santa Luz (60,4%), Retirolândia (99,2%), São Domingos (43,0%), Queimadas (55,3%), Capim Grosso (61,3%) e Conceição do Coité (40,6%) situam-se acima daqueles da Bahia (33,8%) e do Brasil (29,1%). Ou seja, com base nesses dados oficiais, 7 (sete) dos 10 (dez) municípios da Rota do Sisal tornaram-se menos pobres na década de 90, comparativamente ao estado da Bahia e ao Brasil. Porém, convém salientar o decréscimo de renda per capita, nos anos 90, observada nos municípios de Gavião (- 4,5%) e Nova Fátima (- 6,4%), além do menor crescimento de renda de Quixabeira (28,9%) quando comparados com as médias baiana e brasileira.

Tabela 4 – Evolução da Renda per Capita na Rota do Sisal (1991-2000)

Município	1991 (US$)	2000 (US$)	Variação (US$)	Variação (%)
Capim Grosso	65,79	106,09	40,3	61,3
Conceição do Coité	67,51	94,90	27,39	40,6
Gavião	82,25	78,57	-3,68	- 4,5
Nova Fátima	119,0	111,35	-7,65	- 6,4
Queimadas	51,98	80,70	28,72	55,3
Quixabeira	52,2	67,27	15,07	28,9
Retirolândia	52,61	104,81	52,2	99,2
Santaluz	72,41	116,12	43,71	60,4
São Domingos	62,60	89,52	26,92	43,0
Valente	71,89	108,47	36,58	50,9
Média Regional	69,82	95,78	25,96	37,2
Bahia	119,71	160,19	25,2	33,8
Brasil	230,30	297,23	40,48	29,1

Fonte: PNUD (2000).

No estado da Bahia, segundo dados do Dossiê do Tribunal Nacional Independente do Trabalho Infantil, o cultivo do sisal, em 2000, utilizava-se de 25% de mão-de-obra infantil em atividades perigosas e insalubres, com o uso de equipamentos inadequados e longas jornadas de trabalho. A Tabela 5, a seguir, constata que, em alguns municípios da Rota do Sisal, para os quais os dados estão disponíveis, houve uma redução significativa do trabalho infantil, exceto em Conceição do Coité, onde a queda do percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham não foi tão significativa.

Tabela 5- Evolução do Trabalho Infantil na Rota do Sisal (1991-2000)

Municípios	% de crianças de 10 a 14 anos que trabalhavam em 1991	% de crianças de 10 a 14 anos que trabalhavam em 2000
Bahia	-	25,0
Capim Grosso	nd	Nd
Conceição do Coité	16,23	14,26
Gavião	nd	Nd
Nova Fátima	nd	Nd
Queimadas	nd	Nd
Quixabeira	nd	Nd
Retirolândia	17,51	8,84
Santaluz	21,04	6,97
São Domingos	22,66	8,46
Valente	21,79	6,51

Fonte: PNUD (2000).

Legenda: nd – dados não disponíveis

Quadro 1 A APAEB-Valente

A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB-Valente) é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1980, para atuar junto aos pequenos agricultores da região sisaleira e suas famílias. Tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário visando à melhoria da qualidade de vida da população da região sisaleira. Sua área de influência abrange os municípios de Valente e 15 circunvizinhos com uma população de aproximadamente 450 mil habitantes. A APAEB de Valente emprega diretamente cerca de 900 pessoas contribuindo para dinamizar o mercado de trabalho na sua área de influência. A APAEB processa e comercializa, em média, a produção de sisal de mais de 300 agricultores familiares da região, gerando aproximadamente 1800 postos de trabalho no campo. Os associados da APAEB são empreendedores rurais e agricultores familiares que possuem a agropecuária como principal atividade econômica, têm renda média de US$ 140,00/mês e propriedades rurais com área média entre 10 e 15 hectares.

As principais estratégias utilizadas pela APAEB-Valente para dinaminizar o desenvolvimento rural e fortalecer a agricultura familiar na região sisaleira foram:

1) Fortalecimento e adensamento da cadeia produtiva do sisal: Em fins da década de 80, o progressivo abandono do cultivo do sisal por parte de muitos agricultores em função da forte redução no preço do produto decorrente da concorrência com as fibras sintéticas motivou as organizações da região a se articularem em torno de uma ampla campanha chamada "Os sisaleiros pedem socorro". A paulatina recuperação dos preços de US$ 100/tonelada (início dos anos 80) para US$ 270/tonelada (2002) em grande medida é atribuída a uma política da APAEB de Valente de verticalização da cadeia produtiva do sisal pautada nas seguintes ações:

a) implantação de um Posto de Vendas onde os associados colocavam à venda os produtos da agricultura familiar e ao mesmo tempo podiam comprar outros produtos por preços mais baixos;
b) juntar os produtores para vender em grupo o sisal, fragilizando as redes de atravessadores e intermediários;
c) instalação em escala industrial, já em 1984, de uma batedeira comunitária permitindo a compra, o beneficiamento e comercialização do sisal produzido pelos agricultores familiares sem intermediários;
d) início, em 1995, da produção industrial de tapetes e carpetes de sisal voltada para o mercado nacional e internacional.

2) Expansão da caprinocultura: houve uma paulatina substituição da bovinocultura, atividade pecuária fortemente predominante até os anos 80, pela caprinocultura, em diversos municípios da região, notadamente Valente, São Domingos, Santa Luz, Retirolândia e Conceição do Coité contribuindo para a elevação de renda de um número crescente de agricultores devido à produção e comercialização de carne e leite de cabra;

3) Diversificação de cadeias produtivas: encontra-se em curso uma gradual diversificação das cadeias produtivas na região, especialmente através: a) implantação de laticínio para beneficiamento do leite de caprinos pela produção de doces, iogurtes, leite pasteurizado e queijo; b) implantação de curtume para beneficiamento de peles de caprinos na fabricação de bolsas, cintos, bolas de futebol e outros produtos de couro; d) produção de artesanato a partir da fibra do sisal (bolsas, chapéus, utilidades de cozinha, etc) e comercialização através da loja Riquezas do Sertão; e) fomento ao desenvolvimento da apicultura.

4) Acesso à água: construção em regime de mutirão de cisternas para armazenamento de água de chuva para consumo doméstico dos agricultores familiares e poços artesianos para atendimento às comunidades.

5) Fortalecimento da educação e preservação da cultura e meio ambiente: a) através da implantação da Escola Família Agrícola visando construir nos filhos dos agricultores uma nova mentalidade, ensinando tecnologias de convivência com a seca, noções de cooperativismo e associativismo; b) implantação de instrumentos de comunicação social para formação da cidadania: rádio/TV comunitárias e Folha do Sisal; c) valorização e resgate das raízes culturais do homem do campo através de apoio a artistas locais e ao Movimento Quixabeira; d) inserção da variável ambiental nos cursos sobre técnicas agrícolas/tratamento de resíduos (irrigação por gotejamento, silagem, fenação, reflorestamento, etc) e nas pesquisas em busca de novas alternativas mais eco-eficientes e limpas de convivência com a seca, por exemplo, a energia solar;

6) Acesso à crédito e assistência técnica: a liberação de financiamento pela Cooperativa de Crédito (COOPERE) está condicionada à apresentação de um projeto elaborado por técnicos agrícolas da APAEB de acordo com as características de cada agricultor familiar.

Fonte: Elaboração própria a partir de APAEB (s/d) e APAEB-Valente (20006a,b).

3 - O turismo rural na agricultura familiar: o papel do governo entre esperanças e contradições

O turismo rural fora integrado no Plano Nacional de Turismo 2003-2007 pela gestão do Ministro Walfrido dos Mares Guia. Por meio de uma articulação entre Ministério do Turismo (MTur) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Governo Federal elaborou o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), cujo objetivo é promover projetos de turismo rural desenvolvidos de maneira a integrar a atividade turística à agricultura familiar enquanto atividade complementar de renda. O Programa TRAF busca apoiar projetos de planejamento das atividades turísticas, inventários dos potenciais da região e das propriedades, construção de pousadas e restaurantes, além do desenvolvimento de produtos.

De maneira a auxiliar o desenvolvimento da atividade turística, o programa promoveu a formação da Rede TRAF. Trata-se de uma rede nacional de intercâmbio e articulação, constituída de técnicos, instituições e agricultores familiares organizados, que visam ao desenvolvimento do turismo em propriedades familiares rurais. A rede atua em 14 unidades da federação, envolvendo mais de 100 instituições; nacionalmente, ela é coordenada pelo MDA em parceria com o MTur. Outra realização do programa é a criação de uma linha de crédito PRONAF Turismo Rural e créditos complementares ao TRAF. O Pronaf Turismo Rural permite financiamentos de até R$ 27 mil, com taxas de juros de 3% a 7,25% ao ano, para investimentos em pousadas, restaurantes, cafés coloniais e estabelecimentos de pesque-pague, por exemplo.

As atividades do governo baseiam-se em algumas concepções que devem ser elucidadas, pois é através dessas concepções que o governo orienta suas diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural e para a concessão de crédito. De início, salienta-se que o turismo rural é entendido como:

> o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, s/d).

Já na concepção do PRONAF, os agricultores familiares são:

> os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006a).

Desta maneira, o turismo rural na agricultura familiar é entendido como:

> a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006b).

Portanto, compreende-se que para o governo, este tipo de turismo é um modo de valorizar a cultura local, bem como o ambiente natural, sendo, ainda, um instrumento para manter as atividades econômicas tradicionais do pequeno agricultor. Com base nessas concepções, o MDA selecionou cinco roteiros de turismo rural na agricultura familiar em cinco estados do país para compor um guia do programa são eles : Pantanal (MS), Estrada do sabor (RS), Caminhos do Guajuvira (PR), O Lagamar (SP) e Rota do Sisal (BA). A Bahia é representada pela “Rota do Sisal” da região do semi-árido, na qual se pode observar todo o ciclo da economia do sisal e os detalhes de sua cadeia produtiva. Trata-se de um roteiro turístico que envolve dez municípios: Valente, Santa Luz, Retirolândia, São Domingos, Queimadas, Gavião, Capim Grosso, Nova Fátima, Quixabeira e Conceição do Coité.

Esse roteiro é resultado da realização do projeto “Turismo Rural na Agricultura Familiar para a Região Sisaleira da Bahia”. Tal projeto foi pensado a partir da existência de uma demanda

espontânea de visitantes que já buscava conhecer as atividades da APAEB, em Valente, sobretudo com o intuito de compreender os meandros da cadeia produtiva e o beneficiamento do sisal. Segundo Chaves (2005), vale ressaltar que essa demanda era composta basicamente por agricultores e técnicos de organizações da sociedade civil e movimentos sociais (60% do total dos visitantes), bem como por estudantes, pesquisadores e professores de escolas e universidades (cerca de 30% do total dos visitantes), nacionais e estrangeiras. Outros visitantes eram parceiros internacionais e nacionais da entidade, técnicos dos governos municipal, estadual e federal, além de empresários e clientes da fábrica de tapetes e carpetes de sisal (cerca de 10%). A média dos visitantes era de 140 pessoas por mês em 2004 (fevereiro a dezembro) e de 187 pessoas por mês em 2005 (fevereiro a junho).

O projeto de turismo rural desenvolvido nesta região, implementado graças a uma articulação entre a APAEB-Valente, Sicoob-Coopere e do Pólo Sindical do Sisal, contou com o apoio do PRONAF-turismo rural e a Rede TRAF nacional. O projeto procura articular entidades e famílias ligadas a Cooperativas de Crédito e de Produção, Associações Comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ONG's e outras, visando adensar e diversificar as cadeias produtivas da região e contribuir para a geração complementar de emprego e renda. Deve-se observar que, nesta articulação política, não estão presentes os governos do estado e dos municípios da região do sisal na Bahia. Todo o projeto foi pensado por organizações não-governamentais e redes de atores locais com o apoio institucional do MDA (que financiou e garantiu assistência técnica durante a primeira fase do projeto), sobretudo na capacitação dos multiplicadores.

Na Bahia, existe um programa de Turismo Rural organizado pela Secretaria de Turismo no nível estadual. Tal programa tem por objetivo incentivar o turismo em hotéis-fazenda de maneira a estimular os proprietários rurais a trabalhar o turismo como uma nova fonte de renda. Em 2004, havia 108 fazendas cadastradas no programa, nenhuma delas estava localizada no sertão baiano. Em 2005, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil - houve um novo mapeamento das regiões turísticas brasileiras. O governo federal solicitou que os estados identificassem no mínimo uma e no máximo três regiões, a Bahia apresentou quatro regiões prioritárias. Neste sentido, a zona Caminhos do Sertão foi incorporada institucionalmente ao mapa do turismo baiano, as outras zonas são Caminhos do Oeste, Vale do Jeriquiçá e Lagos do São Francisco. Portanto, a zona Caminhos do Sertão, provavelmente, não será um produto formatado para o turismo rural, uma vez que a mesma

não faz parte do Programa de Turismo Rural da Secretaria de Cultura e Turismo[2] (BAHIATURSA, 2005).

Sobre a questão da participação dos atores sociais, é interessante notar que algumas pessoas envolvidas no projeto TRAF na região sisaleira acreditam que a responsabilidade de seu desenvolvimento cabe prioritariamente às organizações da sociedade civil, como pode-se observar no depoimento abaixo citado[3]:

> O que esperamos do Estado (governo federal): investimento, ajuda no planejamento, etc, no entanto, sabe-se que a iniciativa deve ser da população, da sociedade civil [...] O poder público (federal) está fazendo a sua parte, agora é com a gente.

Diante de tal afirmação permanece a dúvida quanto à articulação de atores locais e poder público, tendo este pouca participação no processo em questão, se isto contribui ou dificulta o desenvolvimento do TRAF. Sobre a organização dos municípios envolvidos, existe uma preocupação por parte da organização do projeto TRAF na região do sisal na Bahia de não concentrar o fluxo de visitantes no município de Valente, uma vez que a APAEB é um dos principais atrativos do roteiro. Quanto a este aspecto, a organização ressalta a importância da existência de uma mobilização dentro de cada município de maneira a se integrarem plenamente no projeto os diferentes interesses e recursos dos municípios da região. Isso evitaria que o projeto tenha um foco exclusivo no município de Valente. Seria papel da comissão que contempla todos os dez municípios, denominada "Comissão TRAF", de organizar tais interesses e recursos.

Segundo essa Comissão, as metas previstas no início do projeto eram a realização de um curso de turismo rural na agricultura familiar; pesquisar as potencialidades da região; construir o roteiro TRAF da região; realização de um seminário de lançamento do roteiro. Até o momento, os principais resultados obtidos pelo projeto na região foram a formação de 30

---

[2] Apesar da Bahiatursa afirmar em entrevista ao jornal A Tarde que somente sete zonas estão em condições mercadológicas para ser oferecido como produto, todas as zonas obtiveram recursos públicos para o investimento na atividade exceto a zona Caminhos do Sertão. O quadro "Investimentos públicos nas zonas turísticas" encontra-se disponibilizado no site da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia. (http://www.sct.ba.gov.br/prodetur.asp).

[3] Depoimento de participante do projeto durante o Primeiro Seminário de Turismo Rural na Agricultura Familiar da Região Sisaleira realizado na Casa da Cultura no município de Valente no dia 23 de setembro de 2005.

multiplicadores em Turismo Rural; cerca 50% desses multiplicadores realizaram o levantamento do inventário; realização de 10 inventários turísticos para cada um dos 10 municípios da região; melhor conhecimento sobre o TRAF e suas dimensões; sensibilização da população dos municípios; entrada da região sisaleira no guia nacional de turismo rural; capa do programa de turismo rural; roteiro "Caminhos do Sertão" (vídeo e folheto informativo); criação do comitê gestor do TRAF na região, juntamente com a secretaria executiva para a operacionalização do turismo na região. Isto foi possível a partir do desenvolvimento das seguintes atividades[4]:

- Realização do curso TRAF módulos I e II com participação de 30 multiplicadores;
- Realização de pesquisa sobre os 10 municípios;
- Realização de 10 reuniões de sensibilização;
- Realização de 3 encontros com os multiplicadores para a revisão dos inventários e construção do roteiro;
- Divulgação do TRAF: TV Valente, Jornal, etc;
- Realização de 5 palestras sobre o TRAF;
- Elaboração do roteiro;
- Participação da Feira do Turismo Rural em São Paulo;
- Reuniões no TRAF;
- Participação no Salão do Turismo Rural em São Paulo;
- Curso do TRAF em Recife;
- Realização de seminário e apresentação do roteiro.

Quanto aos desafios colocados, a mesma comissão salienta os seguintes aspectos: desenvolver a crença da população na implantação do TRAF; conquistar novos recursos para dar continuidade ao processo; conquistar parceiros e apoio do poder público nos municípios envolvidos e do estado; sensibilizar os empreendedores locais para o oferecimento de serviços com melhor qualidade; fazer com que a população local seja parte da descoberta do mundo rural.

[4] Estes dados foram divulgados pela APAEB durante o I Primeiro Seminário de Turismo Rural na Agricultura Familiar da Região Sisaleira.

O Programa TRAF procura, assim, reconstruir uma identidade da pessoa do campo, de maneira a renegar a idéia do "matuto" sertanejo. Isto fica evidente ao analisarem-se alguns discursos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com essa experiência:

> Com a globalização, há a universalização da cultura, mas na região há uma cultura peculiar que pode se transformar em negócio, em produto a ser vendido. Em Valente, o principal é a gente, como o grupo de mulheres que se apresentou.
>
> Com o novo governo, o sertão passa a ser visto de outro modo, a própria população passa a se ver de outra maneira, se valorizar, porque sempre foi ensinado que o sertanejo é tabaréu.
>
> O sisal passou a ter valor, além da produção de outros produtos [5].

Apesar de, por vezes, ser evidenciado o caráter de mercantilização da cultura através do turismo, tema tão debatido no meio acadêmico, como se pode ver a seguir, percebe-se, no caso particular deste projeto na região do sisal em Valente, a valorização de uma identidade local. O projeto TRAF –Sisal toma a valorização da identidade como um "diferencial" para o produto, no entanto, até o momento, percebe-se que essa questão não foi devidamente problematizada no âmbito do projeto. Isto pode ser observado através da análise de conteúdo dos materiais de divulgação do projeto. Nesses, existe uma espécie de "exaltação" da cultura sertaneja, no que tange à sua culinária e manifestações populares, por exemplo. No entanto, a construção dessa identidade não parece condizer com a realidade dos pequenos agricultores. São os próprios integrantes da comissão organizadora do projeto que apontam para este fato. Durante uma avaliação do projeto[6] um dos integrantes chegou a afirmar que estavam "fazendo uma distorção da realidade" na medida em que os movimentos sociais presentes na região não eram associados à identidade cultural construída pelos materiais de divulgação do TRAF.

Ainda assim, cabe ressaltar o esforço empreendido no sentido de fortalecer a auto-estima do agricultor familiar, ressaltando a cultura rural e valorizando-a. Daí decorre, também, ser esta

---

[5] Depoimentos colhidos durante o I Seminário de Turismo Rural na Agricultura Familiar da Região Sisaleira, Valente, 2005.

[6] Tal avaliação se deu no âmbito do curso de extensão "Desenvolvimento local e turismo rural" realizado pela equipe da pesquisa no dia 13 de outubro de 2005.

valorização da cultura rural uma tarefa política que pode vir a fortalecer o desenvolvimento mais aprofundado da noção de cidadania naquela região.

4 – Tensões entre turismo rural e desenvolvimento territorial

Percebe-se, a partir do que se afirmou na seção 3, que o TRAF vem sendo apresentado nos discursos oficiais como uma fonte de renda complementar para o pequeno produtor, cuja realidade, nos diferentes rincões do Brasil rural, varia enormemente em termos de organização do tecido social e de acesso a bens públicos (educação, saúde, infra-estruturas, serviços) e a crédito. Ademais, sabe-se que a atividade turística pode ser muito relevante no desenvolvimento das regiões e de pequenas comunidades, admitindo-se sem maniqueísmos que o turismo tanto possa concentrar riqueza e renda como também possa distribuí-las. O turismo pode desenvolver uma região, mas também pode impactar o seu meio ambiente negativamente. Os efeitos positivos ou negativos de uma estratégia de fomento do turismo dependem de como se desenvolve a atividade, do modo como as relações sociais de produção são estabelecidas e, a partir delas, como se formam as relações de poder vinculadas à produção de espaços diferenciados (Coriolano e Silva, 2005, p. 19). Portanto, sem pretensões de exaustividade, faz-se necessário analisar, neste artigo, quais seriam as particularidades do turismo rural na agricultura familiar diante de dois desafios: a contextualização das estratégias e a construção de identidades locais.

Sabe-se desde há muito que o desenvolvimento dos territórios envolve fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento dos territórios. Considerado como *projeto* (Perroux, 1961), *caminho histórico* (Sachs, 1993), *pluridimensional* (Bartoli, 1999), o desenvolvimento territorial é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa. O desenvolvimento territorial pode, nesse sentido, ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento dos territórios enquanto projeto integrado no mercado,

mas não somente: o desenvolvimento territorial é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural (MILANI, 2004).

O território é, nesse sentido, também espaço de relações e disputas de poder, entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho. As territorialidades são várias e assumem formas de poder por apropriações espaciais e formas de resistências em territórios nacionais; a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência, por um determinado conjunto de atores sociais, de um dado território (Coriolano e Silva, 2005). Com base nessa concepção de território, a cultura é fator crítico no desenvolvimento de estratégias de turismo, uma vez que ela corresponde ao conjunto de valores materiais e imateriais, forma de ser de um povo envolvendo os conhecimentos, artes, leis, costumes e valores de uma sociedade; ela é o veículo que possibilita a comunicação entre residentes e turistas (BURNS, 2002).

Com essa mudança de concepção, o desenvolvimento dos territórios deixa de ser um projeto linear pensado a partir da lógica das "coisas" (as infra-estruturas), mas passa a ser dinamizado na perspectiva das "pessoas" e das relações sociais, tal como sugere Robert Chambers *apud* Pasini (2005), resumidamente apresentado no Quadro 5. Constata-se que o crescente nível de organização de comunidades em pequenos territórios visa a encontrar soluções locais que não neguem as desigualdades macro-estruturais, mas que se concentrem nas soluções regionais no processo de resistência à globalização hegemônica e de construção de solidariedades nos próprios territórios. Tais experiências, marcadas pela endogenia, caracterizam-se ademais pela capacidade organizacional das comunidades locais e regionais em definir prioridades e formas de ação coletiva que possam dinamizar as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em busca de índices mais elevados de qualidade de vida (Serrano *et alii*, 2000). Trata-se, em última instância, de valorizar as políticas regionais concebidas como fator de dinamização de territórios subordinados da globalização, tais como os espaços rurais e distantes das grandes metrópoles. O desenvolvimento dos territórios rurais, nessa concepção, é necessariamente um conceito mais abrangente, não economicista e mais socioespacial, referindo-se ao desenvolvimento territorial que remete a questões políticas, culturais e sociais marcadas pela desigualdade social e pela disparidade regional.

É evidente que, neste caso, o turismo – desempenhando importante papel na dinamização territorial de muitos países nesta fase chamada de pós-fordista do capitalismo (quando os serviços passam a ter prioridade e quando o paradigma empresarial do turismo vem sendo modificado profundamente) – não corresponde ao modelo de turismo de massa ou ao turismo padronizado. Vigente há mais de quatro décadas, o turismo de massa já não é mais considerado adequado para lograr o desenvolvimento dos territórios de forma sustentável. Uma nova era do turismo está se consolidando, exigindo qualidade, espaço para turismo personalizado, com exigências de sustentabilidade social e ambiental, sugerindo assim, novas formas de fazer turismo. Essa modificação em busca do diferencial abre espaço para o desenvolvimento territorial por meio do turismo, com aproveitamento de projetos voltados para o turismo rural, para o ecoturismo, o turismo em áreas indígenas ou no sertão. Nestes novos modelos de turismo, pequenos lugares ou empreendimentos encontram uma forma de entrar na cadeia produtiva do turismo a partir de uma outra lógica de uso e ocupação do espaço, com fundamentos na economia de baixo impacto, na auto-gestão e no cooperativismo. Esta vertente do turismo não-massificado parte da idéia de respeito à natureza e às culturas locais, visando a uma distribuição mais eqüitativa das riquezas produzidas e à autodeterminação das comunidades envolvidas (SERRANO et alii, 2000).

Quadro 5: O turismo nos territórios – um projeto "coisas" ou um projeto "pessoas"?

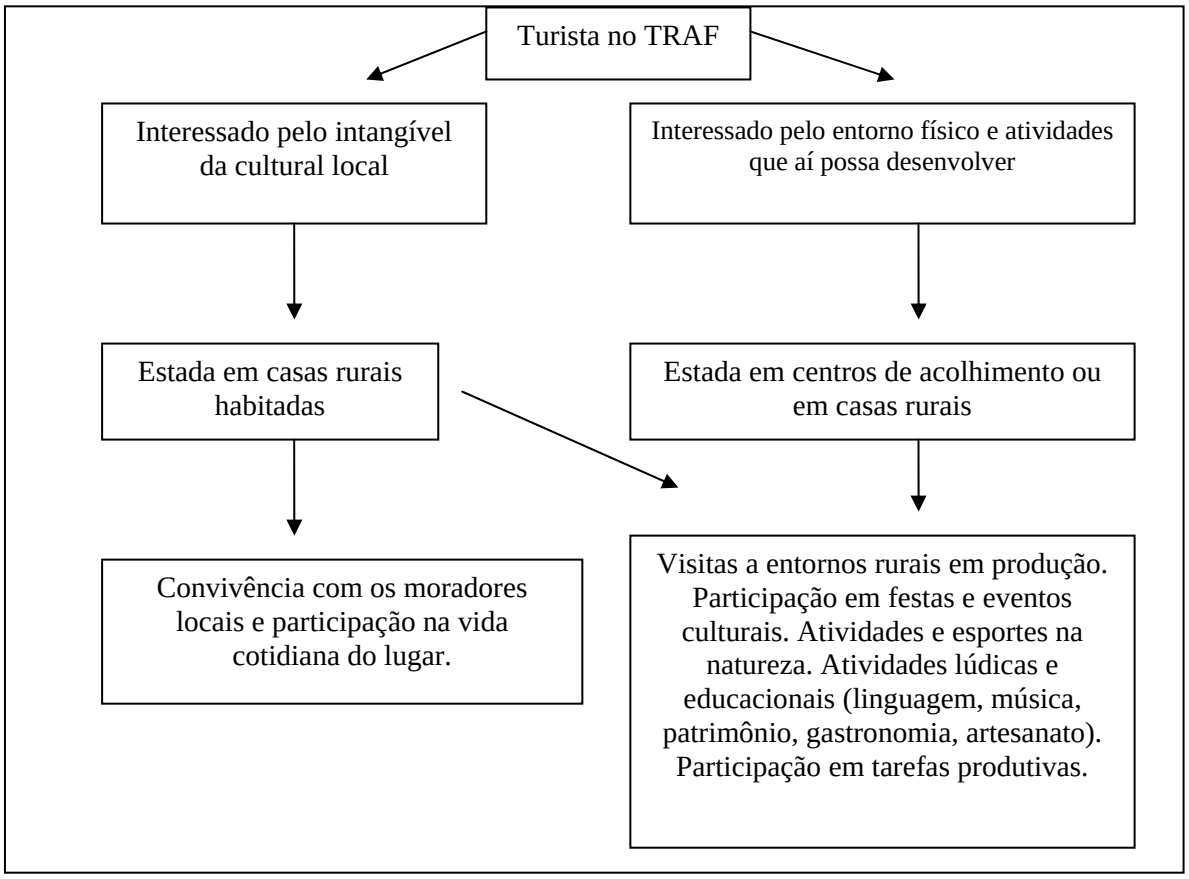
	Coisas (*Things*)	**Pessoas (*People*)**
Definição	Especificação	Processo de Aprendizagem
Atividade-Chave	Planejamento	Participação
Objetivos	Pré-estabelecidos	Evolutivos
Lógica	Linear, Newtoniana	Iterativa
Ações/Produtos	Padronizados	Diversificados
Suposições	Reducionistas	Holísticas, Sistêmicas
Pessoas vistas como	Objetos, Metas	Sujeitos, Atores
Papel dos Consultores	Transferir, Motivar	Facilitar, Empoderar
Principais Consultores	Engenheiros, Economistas	Qualquer um que tenha uma postura/atitude participativa
Resultados	Infra-estrutura, Mudanças Físicas	Competências, Instituições

Fonte: PASINI (2005)

Nesse sentido, o desafio posto ao turismo rural em territórios em que se desenvolve o modelo de agricultura familiar parte de um paradoxo: a necessidade de considerar uma força econômica e cultural exógena (a chegada de visitantes de fora) enquanto valor endógeno (a produção de bens e serviços) na construção de soluções complementares a fim de suprir as carências de dezenas de famílias freqüentemente negligenciadas pelos poderes públicos governamentais. O TRAF deve, assim, ser contemplado como ferramenta estratégica na conservação do meio ambiente, na preservação de culturas locais e na geração de renda complementar para as famílias; ele deve ser visto como uso ou aproveitamento turístico do entorno não-urbano, desde que esteja atendendo às premissas do desenvolvimento sustentável: gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do patrimônio, proteção do meio ambiente, geração de renda com base na justiça social), ter lugar em áreas não invadidas, incluir os habitantes locais como atores culturais, políticos e econômicos, promover a participação e o intercâmbio cultural (TALAVERA, 2000).

O TRAF deveria, assim, visar a diversificar a produção das áreas rurais (ir mais além da produção de alimentos, por exemplo), incluir os símbolos identitários (estilos de vida, linguagem, tipo de trabalho, arte e artesanato, crenças, formas de lazer, música, entre outros), os entornos físicos humanizados (áreas de cultivo, vilarejos, construções históricas, escolas agrícolas) e os não-humanizados (bosques, vales, montanhas, paisagens naturais). Trata-se de uma forma de turismo experiencial, em que o indivíduo-visitante busca autenticidade na vida de outras sociedades. No entanto, o visitante, no caso do TRAF, ao mesmo tempo experimenta, conhece estilos de vida diferentes do seu e pode buscar um novo equilíbrio de natureza emocional, pessoal, psicológica ou espiritual como resultado da viagem. Esses traços gerais do visitante interessado em descobrir o modo de vida do agricultor e produtor rural permitem-nos, tentativamente, estabelecer um perfil geral do “turista TRAF” que pode freqüentar assiduamente regiões em que se desenvolve o modelo de agricultura familiar (vide, a seguir, o quadro 6).

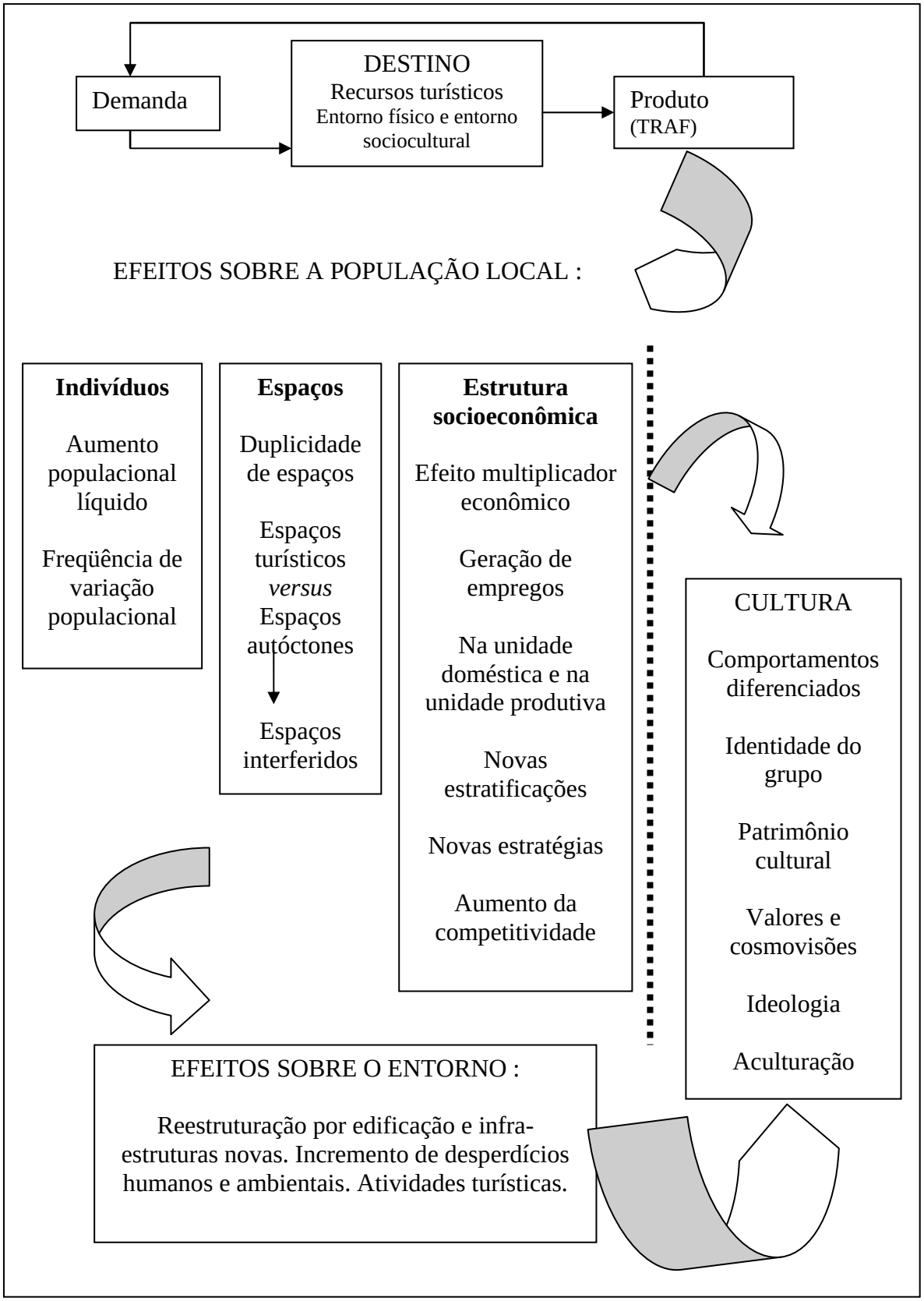
Quadro 6: Que visitantes no caso do TRAF?



Fonte: TALAVERA (2000).

Há, no entanto, um aspecto central a ser questionado: até que ponto o TRAF pode reforçar a identidade das sociedades receptoras? Não haveria o risco de o TRAF reproduzir automaticamente as armadilhas do turismo tradicional que, freqüentemente, padroniza lugares, pasteuriza comportamentos e engendra mitos relacionados ao "local"? Ainda que o visitante TRAF busque redescobrir uma cultura local distinta da sua e um modo de vida particular para o padrão urbano-global, não corre o risco de exigir serviços turísticos especializados e interferir nos estilos de vida próprios das pequenas comunidades de produtores rurais? Tais armadilhas e riscos são reais, razão pela qual os atores locais envolvidos em projetos de desenvolvimento do TRAF devem estar atentos e serem capazes de evitá-los. O TRAF não pode se tornar uma forma de experiência-pacote que serve para prevenir o contato real entre os visitantes e os visitados; não deve constituir-se como um modo manufaturado, trivial, pouco genuíno de pensar e implementar o turismo rural. O quadro 7, a seguir, resume os riscos potenciais associados ao desenvolvimento do TRAF nos territórios, riscos estes que podem ser pensados à luz da atual experiência na região sisaleira da Bahia.

Ouadro 7: Efeitos potencias do TRAF



Fonte: TALAVERA (2000).

Conclusões: que pistas podem ser desenvolvidas para o desenvolvimento do TRAF na região sisaleira na Bahia?

Analisado o contexto local da região sisaleira na Bahia e pensadas as armadilhas existentes no desenvolvimento do turismo enquanto estratégia econômica, pelo menos uma interrogação desponta como fundamental na conclusão deste artigo: qual seria a estratégia mais apropriada para pensar-se o desenvolvimento do TRAF para a região sisaleira na Bahia? Sabe-se que os diversos tipos de turismo existentes correspondem às múltiplas maneiras pelas quais o ato de viajar pode desenvolver-se: adequam-se os produtos aos desejos dos turistas e visitantes, mas preferencialmente sem negligenciar as necessidades e os constrangimentos do território e do contexto dos atores locais. Como lembra Rodrigues (2001), é necessário caracterizar a paisagem, o tipo de empreendimento, o roteiro para, então, analisar a demanda (sua origem, suas motivações para o deslocamento, o tempo de permanência, as atividades praticadas) e definir o nicho estratégico do turismo no contexto local.

Por exemplo, a principal motivação do turista é conhecer a história e a cultura de determinado local? Busca compreender como as pessoas vivem, o que fazem, os principais fatos que ocorreram naquele território? Neste caso, o foco tenderia a ser o desenvolvimento de uma estratégia de turismo cultural, uma vez que os programas para os turistas poderiam ser orientados para o folclore, a culinária, a história do local, entre outros aspectos.

O turista desloca-se a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais? Procura estar em contato com a natureza (fauna e flora) considerada excepcional em um dado contexto geográfico? Neste caso, o foco pode recair sobre a estratégia de um turismo ecológico, pressupondo a utilização monitorada dos recursos daquele território com base nos princípios filosóficos do desenvolvimento sustentável, ou seja, a prudência ecológica e a justiça social, mas também a responsabilidade intergeracional e o princípio da precaução (BENI, 1998; SACHS, 1993).

No entanto, o turista pode evidentemente buscar ainda algo distinto. Procura estabelecer contato com o ambiente rural? Deseja maior interação com o campo realizando ou conhecendo atividades próprias dessa área? O turista opta por participar de atividades

realizadas em uma fazenda produtiva? Então, evidentemente, trata-se de uma estratégia de turismo rural.

Por outro lado, se o visitante for um especialista (antropólogo, sociólogo, sócio-economista do desenvolvimento, etc.) que realiza viagens e expedições para reconhecimento e atividades de pesquisa, sobretudo no âmbito de instituições profissionais ou científicas interessadas em temas específicos, então, neste caso, poder-se-á falar de uma estratégia de turismo científico.

Finalmente, em uma tipologia próxima àquela do turismo científico, caso a motivação maior do visitante seja o aprendizado e a ampliação do seu conhecimento acerca de determinado assunto, em que a educação esteja associada à viagem, é provável que estratégia a ser priorizada seja a do turismo pedagógico.

Essas diferentes expressões do turismo que não se integram em pacotes massificados e que visam a uma diferenciação estratégica podem, evidentemente, sobrepor-se e relacionar-se umas com as outras. O desafio que se coloca à busca de uma definição de nicho estratégico para o TRAF na região sisaleira da Bahia deve partir das tipologias existentes e das características próprias do contexto pensado pelos atores locais envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo como atividade complementar do pequeno produtor rural. De fato, é bom lembrar que podem ser combinadas diferentes perspectivas das tipologias alternativas aqui apresentadas a partir de autores como Beni (1998) e Rodrigues (2001). Este é um primeiro elemento de resposta à pergunta inicial da conclusão deste artigo, mas é importante ir além e tentar traçar um perfil mais específico para o desenvolvimento do TRAF na região analisada.

Nesse sentido, em outubro de 2005, a equipe do projeto de pesquisa que aqui apresenta suas conclusões realizou uma oficina de formação na cidade de Valente. Esta oficina foi considerada uma etapa metodológica fundamental do projeto de pesquisa, tendo contado com a presença dos principais interessados oriundos dos distintos municípios envolvidos no projeto TRAF-Rota do Sisal. Durante a oficina, em dois dias, foram debatidas e analisadas as seguintes questões:

a) Quais seriam as prioridades quanto à implementação do turismo na região sisaleira na Bahia? A esta pergunta foram dadas as seguintes respostas: geração de renda; intercâmbio

cultural; valorização da cultura local, dos recursos naturais e da agricultura familiar; manutenção do homem no campo com vida digna; visibilidade local; e capacitação para os envolvidos.

b) Quais seriam os impactos do TRAF? Quais seriam os prós e os contras da expansão do TRAF na região? Refletindo sobre as considerações de todos os grupos que se formaram durante a oficina, pode-se resumir que os impactos positivos, na percepção deles, dizem respeito ao enriquecimento cultural mútuo do visitado (mais conhecimento que é trazido para a população local) e do visitante (informação que levam os visitantes sobre a realidade local), à geração e melhoria da renda do pequeno produtor propiciada pelo turismo como atividade econômica complementar, à melhoria dos serviços, à organização e ao planejamento do TRAF na região, à elevação da auto-estima dos moradores locais e dos produtores rurais, à estratégia que visa a evitar o êxodo rural, bem como ao maior envolvimento da família. Já impactos os negativos foram discutidos em torno das seguintes categorias: risco de aculturação (os valores da cultura do que vem de fora se sobrepõem aos valores locais) e de desvalorização da cultura local; valorização demasiada do turista e do seu conhecimento; frustração diante do excesso de expectativas geradas quanto à renda possível; impacto ambiental (por exemplo, no que diz respeito ao aumento do consumo de água e ao efeito de um possível padrão consumista).

c) Existiria um risco de o turismo se tornar mais importante do que a atividade agrícola? De maneira geral, os participantes da oficina chegaram à conclusão de que existe um risco importante de as pessoas perderem o foco da agricultura familiar e tentarem viver exclusivamente da renda do turismo. No entanto, para eles, isso pode ser evitado por intermédio de um rigoroso planejamento e direcionamento da atividade turística, adotando uma estratégia de sensibilização, informação e capacitação da população e das pessoas envolvidas neste processo. É necessário, na percepção deles, adotar uma visão multifuncional da agricultura familiar e considerar o turismo como uma fonte de renda complementar.

d) Haveria contradições entre os objetivos econômicos e os objetivos sociais do desenvolvimento do TRAF na região? Haveria um risco de a obtenção de renda complementar ser considerada sempre mais importante do que a relação social com o visitante? Haveria um risco no TRAF de instrumentalização econômica das relações entre os visitantes e os produtores rurais? Diversas foram as considerações feitas pelo grupo que merecem ser

apresentadas, tais como a necessidade de fortalecer as múltiplas dimensões do turismo (aspectos culturais, humanos e ambientais, além da dimensão econômica) e de capacitar as famílias de produtores rurais. Ponto central do debate, chegou-se a mencionar a necessidade de pensar em promover um código de ética que apresente o desenvolvimento ideal do TRAF na região sisaleira na Bahia (vide Quadro 8).

Quadro 8 : Um código de princípios para o desenvolvimento do TRAF na região sisaleira na Bahia

O TRAF deveria:
- Ser desenvolvido em função de uma política que promova o desenvolvimento sustentável e solidário que respeite os impactos sócio-culturais e ambientais;
- Preservação e respeito dos valores culturais e da identidade do produtor da região acima do interesse comercial;
- Ser exercido com base no esforço de co-responsabilidade e educação de todos os envolvidos, sobretudo na perspectiva da capacitação dos agricultores;
- Ser planejado, monitorado e avaliado periodicamente, visando a analisar e a minimizar os impactos sócio-ambientais causados;
- Ser concebido dentro de um padrão de qualidade, visando à sua sustentabilidade e à preparação para a recepção dos visitantes;
- Ser exercido com base no aproveitamento do próprio pessoal residente no local na atribuição de funções;
- Promover o envolvimento dos poderes locais (comunidade, poder público e poderes econômicos);
- Integrar o turismo do conviver, do intercâmbio e do viver, definindo o turismo como atividade de renda complementar;
- Integrar o turismo de educação, envolvendo os agricultores, visitantes e guias, e pensar no monitoramento visando a aprender (para além de avaliar) com o registro da memória e a construção de um banco de dados sobre as experiências realizadas;
- Conciliar os diversos interesses da propriedade rural e respeitar suas prioridades;
- Promover a participação da juventude e fazer uma seleção de roteiros sempre atualizados.

O TRAF não deveria ser:
- Desenvolvido como turismo de massa;
- Concebido apenas com base na idéia de um turismo contemplativo, mas buscar desenvolver um turismo interativo;
- Considerado como a única atividade para geração de emprego e renda;
- Desenvolvido como uma política setorial e sim envolvendo as diversas partes interessadas (associações, cooperativas, poder público, agricultores, etc.);
- Encarado como uma indústria, e sim inserido na necessidade de um desenvolvimento integrado, por meio da participação da comunidade de produtores rurais nos órgãos estratégicos no processo de tomada de decisão.

Fonte: Elaborado a partir de informações da pesquisa de campo.

Essas respostas construídas pelos próprios responsáveis locais do projeto TRAF-Rota do Sisal levam-nos a pensar que o perfil do turista, neste caso, não corresponde evidentemente ao perfil de um turista de fazendas, hotéis e pousadas que, de regra, integram o conceito de turismo rural. O perfil pensado para o visitante que vem à região sisaleira na Bahia a fim de conhecer o modo de vida do pequeno produtor rural explicita uma concepção muito próxima à de um “viajante”. Como lembram Banducci e Barreto (2001), os viajantes seriam quase antropólogos do turismo, na medida em que buscam interagir com a população local, descobrir novas expressões culturais, bem como absorver novos conhecimentos com essa

experiência. Tais viajantes não consideram suas viagens como uma mercadoria, porquanto, neste paradigma do turismo, a relação de alteridade é considerada na perspectiva do saber a ser compartilhado com o outro. O viajante não quer ser poupado de entrar em contato com os locais, nem se proteger em instalações artificiais (típicas de alguns *resorts* cinco estrelas). O viajante opõe-se à noção de irrealidade do mundo turístico; nesse sentido, o produtor rural e a agricultura familiar não seriam "atrações turísticas". O viés pedagógico e a ação cultural são marcas essenciais do encontro entre o viajante e a comunidade de produtores rurais que o acolhe.

Referências

APAEB. **Um exemplo de combate à pobreza**. Valente-Bahia. s/d.

APAEB -VALENTE. **Missão e Atividades da APAEB.** Disponível em www.apaeb.com.br. Acesso em 6 de julho de 2006a.

APAEB - VALENTE. **Rede de Turismo Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Disponível em :http://www.redetraf.com.br/rt-02.html Acessado em 07 de abril de 2006b.

BAHIATURSA. **Aumento de 30,55% em 2004 no turismo rural**. Salvador, 2005. Disponível em: http://www.bahiatursa.ba.gov.br/site/novidade2.htm Acessado em 10 de outubro de 2006.

BANDUCCI JR., Álvaro, BARRETO, Margarita (orgs.). **Turismo e Identidade Local**: uma visão antropológica**.** 4º ed., Campinas, SP: Papirus, 2001

BARTOLI, Henri., **Repenser le Développement**: en finir avec la pauvreté. Paris: UNESCO/MOST/Economica, 1999, 205 p.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo**:** Editora Senac Livro, 1998.

CORIOLANO, L.N.M.T; SILVA, S.C.B.M. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.

BURNS, Peter. **Turismo e Antropologia**: uma introdução**.** São Paulo: Chronus, 2002.

CHAVES, José Claret. Relações Públicas APAEB. **Demanda Turística da APAEB**. Valente-Bahia. Entrevista realizada em 18 de agosto de 2005.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**.** São Paulo: Aleph, 2003.

MILANI, Carlos R. S. Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local. **Redes**, UNISC (Santa Cruz do Sul), v. 9, n. 2, 2004, p. 31-54..

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural – Brasil.** Brasília, s/d.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Disponível em: www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismorural.pdf Acessado em 28 de abril de 2006a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas Públicas para o Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Disponível em: www.mda.gov.br/saf/arquivos/politicaspublicas.pdf Acessado em 15 de maio de 2006b.

MOREIRA, M.A.N. Dinâmica da Ocupação do Solo no Sertão Sisaleiro do Estado da Bahia (Nordeste do Brasil): estudo de caso nos municípios de Valente e Santa Luz (1975-1986). In: LAGE, C.S.; ARGOLO, J.L.; SILVA, M.A. (Orgs) **O Sisal Baiano**: entre Natureza e Sociedade. Salvador: UFBA, 2002.

PADRÃO, L.N.; PINHEIRO, M.L.B.; **Um Estudo de Impacto**: o programa de pequenos projetos da CESE na Região do Sisal. Salvador: CESE, 2004.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, Brasília, 2000. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em 30 de maio de 2006.

SEI. **Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos,** Salvador, 2001. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em 30 de maio de 2006.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Turismo em países em desenvolvimento.** Disponível em: www.world-tourism.org. Acesso em 11 de agosto de 2006.

PASINI, Sandro André. **A gestão de projetos de desenvolvimento territorial frente aos desafios da localização e da sustentabilidade**. Salvador : Escola de Administração da UFBA, Dissertação de Mestrado, 2005.

PERROUX, François. **L'Economie au XXe siècle**. Paris : Presses Universitaires de France, 1961.

RODRIGUES, Adyr Balastreri Rodrigues. "Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia" In: **Turismo Rural: práticas e perspectivas** RODRIGUES, Adyr Balastreri Rodrigues (org.), São Paulo: Contexto, 2001.

SERRANO, Célia; TURINI BRUHNS, Heloisa; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. 3ª ed., Campinas: Papirus Editora, 2000, 206 p.

TALAVERA, Agustín Santana. O Rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, Célia; TURINI BRUHNS, Heloisa; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. 3ª ed., Campinas: Papirus Editora, 2000.

SACHS, Ignacy. **L'Ecodéveloppement, Stratégies de Transition vers le XXIe siècle**. Paris : Syros, 1993, 120 p.